

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

Simone Ravizzini¹, Niterói

Talita Baladin², Niterói

Esse artigo parte de nossa experiência clínica diante da percepção da maneira com que cada analisando se coloca enquanto sujeito ao contar a própria história, considerando tanto seus ditos quanto os não ditos, sendo a tarefa de um analista possibilitar a reconstrução dessa história, sem prescindir do limite que lhe é imposto pelo Real. Assim, buscamos sublinhar como a interpretação pode ser dita pelo analista de modo a produzir um enunciado esclarecedor para o sujeito, por meio dos ensinamentos de Freud, Lacan e de psicanalistas contemporâneos. A partir da análise, concluímos que é necessário que o analista tenha “ouvidos para não ouvir”, como diz Lacan, de tal forma que a sua escuta não caia no sedutor engodo acarretado pelo advento do sentido, mas seja capaz de despertar o sujeito para o reconhecimento das amarras às quais está aprisionado para que, assim, ele possa seguir no caminho de reconstruir a sua própria história.

Palavras-chaves: Significante; Interpretação; Ato analítico; Ato psicanalítico; Lacan

¹ Psicanalista, doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, coordenadora da pós-graduação em Clínica Psicanalítica na Contemporaneidade na Unilassale – Niterói/RJ.

² Psicóloga e atriz, doutoranda em Psicologia na Universidade Federal Fluminense, docente do departamento de graduação em psicologia da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói/RJ. Bolsista CAPES de doutorado.

“O problema não é inventar. É ser inventado hora após hora e nunca ficar pronta nossa edição convincente”. (Carlos Drummond de Andrade, 2015, p. 63)

A tarefa de um analista consiste em possibilitar a *reconstrução* da história do sujeito não prescindindo do limite que lhe é imposto pelo Real. Assim, a definição da interpretação é essencial no que concerne ao rumo traçado em uma análise, pois a palavra pode ser tomada por um analista com diferentes intuitos.

Com esse artigo, buscamos sublinhar como, a nosso ver, a interpretação pode ser dita pelo analista de modo a produzir um enunciado esclarecedor para o sujeito, reforçando suas identificações ou viabilizando a invenção de diferentes percursos em seu existir, diante do que permanece impossível de se restituir. Para tal análise, recorreremos aos ensinamentos de Freud e de Lacan, bem como de psicanalistas contemporâneos.

O interesse na temática parte de nossa experiência no contexto clínico, espaço de escuta em que vivenciamos, no dia a dia, a maneira através da qual cada analisando tem a possibilidade de se colocar enquanto sujeito e contar a própria história. Porém, não apenas o dito é representativo desse sujeito, mas também aquilo que não é dito. Em contrapartida, acreditamos ser necessário estarmos sempre atentos à nossa posição de analista e ao lugar em que o analisando nos coloca, de modo que a transferência se construa a favor do analisando e de sua análise, e não em sentido contrário.

O lugar da interpretação no ato psicanalítico

Quando um analista problematiza a questão de como interpretar é por perceber que ela aponta para a responsabilidade do que faz o seu dizer. O dizer do analista é o outro nome que Lacan possibilita para a interpretação (Soler, 1995). Isso não significa que os termos sejam sinônimos, mas que Lacan pretende sublinhar um novo aspecto no que diz respeito à interpretação. Uma interpretação que, embora emerja no Simbólico, incide sobre o Real.

Segundo Soler (1995), “desde os princípios da Psicanálise pôde-se pensar uma interpretação que produzisse efeitos a nível de significação” (p. 14). Perante o que ressaltamos, no que se refere à *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900/1976) visava promover a emergência de novas associações para o sujeito em análise.

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

Segue-se daí dizer que o intuito freudiano era o de possibilitar outros efeitos de significação através da fala de seus pacientes.

Assim definida a interpretação sustenta o processo analítico de associação livre, mas não alcança perceber como poderia pôr-lhe um fim. Dito de outra maneira, se o único efeito da interpretação fosse o relançamento associativo, se estaria programando uma análise interminável. (Soler, 1995, p. 14)

Se pretendemos caracterizar o que seria este outro efeito da interpretação destacado por Lacan, devemos procurar saber o que consistiria o dizer de um analista para que uma análise possa ter fim. Cabe-nos perguntar qual seria o ato necessário à interpretação cuja eficácia não se restringisse apenas a um relançar simbólico, mas promovesse mudanças estruturais para um sujeito.

Lacan desenvolve o conceito de ato psicanalítico em seu Seminário de 1967. Logo de início, ressalta a estranheza que poderia causar a associação destas duas palavras, aparentemente advindas de registros distintos. O *ato*, na forma como estamos acostumados a usá-lo, remeteria a uma ação, enquanto *psicanalítico* apontaria para o inconsciente, sempre fugaz, sempre por se fazer e, tal como Lacan o descreve, um advento inerente à linguagem. Se, para Lacan (1967) “a psicanálise faz alguma coisa” (p. 3), é na medida em que seu ato não se reduz a um aspecto motor. Ele implica a necessidade de articulação pela linguagem. O ato psicanalítico “é por sua própria dimensão um dizer. O ato diz algo” (p. 93), e neste dizer está situado o sujeito. É, pois, sob tal prisma que a ligação destes dois termos se faz pertinente.

Se devemos introduzir, e necessariamente, a função do ato no nível da psicanálise é enquanto este fazer psicanalítico implica profundamente o Sujeito. Que, para dizer a verdade, e graças a esta dimensão do sujeito, que renova para nós completamente o que pode ser enunciado do assunto, como tal, e que se chama o inconsciente, este sujeito, na psicanálise, está como já formulei, colocado em ato. (Lacan, 1967, p. 4)

Pensando a respeito desta renovação pelo sujeito, Lacan (1967) apropria-se do experimento utilizado por Pavlov, baseado em uma teoria fisiologizante, para explicar algo completamente diferente do que ali se evidencia.

Pavlov (1849-1936) era um fisiologista russo que se ocupava em estudar fatores glandulares e neurais da digestão. Nunca foi seu interesse analisar os aspectos subjetivos de um experimento. Muito ao contrário, procurava em suas

pesquisas isolar, o máximo possível, os fatores distintos daqueles pretendidos em seu laboratório e que viessem a distorcer a avaliação dos dados obtidos. Entretanto, a sua pesquisa direciona-se para o campo da psicologia por perceber que não apenas as excitações diretas do receptor fisiologicamente responsável pelas secreções salivares causavam a reação salivar, como também sinais externos poderiam promovê-la. Para alguns, este direcionamento ocorre por “acidente” (Marx & Hillix, 1963).

Pavlov havia desenvolvido um aparelho capaz de medir a quantidade de saliva produzida por um cão submetido a inúmeras situações alimentares e, por meio do experimento, pôde perceber que fatores como a luz ou mesmo ruídos também deflagravam a salivação.

O animal tinha seus movimentos peados por um jogo de ataduras e era colocado dentro de uma câmara experimental relativamente isolada, a qual estava equipada, do lado de fora, com instrumentos de registro. A descoberta de Pavlov consistiu no fato de ter notado a ocorrência persistente de um fluxo salivar *antecipatório*. Isto é, os estímulos associados previamente à alimentação do animal (por exemplo, aproximação do assistente ou a visão de um prato de comida) chegavam a desencadear a salivação em animais, à medida que o seu adestramento se processava. (Marx & Hillix, 1963, p. 133)

Por isso, Pavlov preocupava-se em estudar a atividade de sinalização dos hemisférios cerebrais sobre o órgão digestivo. A seu ver, apenas o aspecto da comida, por si mesmo, não era um estímulo suficiente para acarretar a reação salivar (Pessotti, 1933): o animal necessitava de um certo aprendizado, de ter experimentado diversas vezes um alimento para que a sua imagem fosse capaz de provocar a salivação. O exame destas observações no comportamento animal, levaram Pavlov a se utilizar da expressão *reflexo condicionado* para nomear a relação estímulo-resposta destacada por sua elaboração. O termo reflexo condicionado surge em contraposição ao *reflexo inato*, considerado absoluto exatamente por não receber influências do meio ambiente. O reflexo condicionado emerge da associação de um estímulo qualquer a este estímulo absoluto. Seu acoplamento promove uma nova via de relações que passa a ser adquirida pelo indivíduo.

Com este intuito, Pavlov desenvolveu um experimento que tornou possível associar um ruído sonoro ao reflexo da salivação. Assim, era fornecido ao animal alimento após escutar o som de uma campainha elétrica. A partir disso, toda vez que o cão escutava este som, embora não recebesse mais o alimento, passava a salivar.

Não nos deteremos de forma minuciosa no trabalho do fisiologista, visto

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

que este percurso nos distanciaria de nossos objetivos, mas queremos demarcar a articulação possibilitada por Lacan (1967) e que promove uma subversão do que até o momento se pretendia no condicionamento de uma ação *causando* uma reação. Para Lacan (1967), o que ocorre neste experimento é apontar para a insuficiência do arco-reflexo no que se refere ao pensamento humano. Ele define esse arco como a forma mais elementar de resposta do organismo, um “circuito que se chama estímulo-resposta, e que se identifica ao par excitação sensorial, qualquer que ela seja, e desencadeamentos motores que tomam aqui o papel de resposta” (p. 6).

De acordo com Lacan (1967), o que nos interessa no experimento de Pavlov é que ele promove, neste círculo aparentemente limitado da ação, uma construção simbólica que evidencia a mesma operação promovida pela linguagem.

Toda a experimentação pavloviana não teria verdadeiramente nenhum interesse, se não se tratasse de edificar a possibilidade essencial da tomada de algo que é exatamente, e que não se pode definir de outro modo senão como efeito de significante sobre um campo que é o campo do vivo. (...) É necessário, de qualquer forma, enfatizar que o que é demonstrado pela experiência pavloviana, ou seja, que não há operação interessando como tal os significantes que não implique a presença de um sujeito. (Lacan, 1967, p. 14)

O sujeito de Pavlov está implicado no experimento, pois é ele quem produz o recorte simbólico que será aplicado ao cão. Não se trata de uma necessidade biológica que deve ser descrita, mas da possibilidade de inserção de algo sobre o mesmo, uma vez que é o significante, em suas articulações, que gera as significações do mundo.

É na medida, por exemplo, em que o barulho do trompete não tem nada a ver com coisa alguma que possa interessar a um cachorro, pelo menos no campo onde o apetite é despertado pela visão de um pedaço de carne, que Pavlov pode introduzi-lo legitimamente no campo da experiência. (...) O que ele aí demonstra, o que ele de alguma forma pressupõe como implicado é, muito precisamente, o que o significante faz, ou seja, que o significante é o que representa um sujeito para outro significante. (Lacan, 1967, p. 13)

Lacan (1967) acrescenta que, neste episódio pavloviano, a salivação é tornada significativa. Podemos dizer que a linguagem apropria-se do biológico, visto que a secreção gástrica adquire seu valor exatamente por não ser produzida por aquilo que se espera que a produza. O signo, que então se constitui, “é um efeito

do engano” (p. 14), engano este que transfigura e que ultrapassa a necessidade do organismo. Para Lacan (1967), o que Pavlov obtém como resultado de seu experimento é o mesmo que ele atribui à relação do ser falante à linguagem, ou seja, ele “recebe sua própria mensagem sob uma forma invertida” (p. 15), pois, se o som do instrumento é inserido por Pavlov posteriormente à fistula estomacal, a qual lhe possibilita observar a secreção, ao se constituir o signo, este passa a ser a causa primeira da reação do animal. Por isso, quando dirigimos a nossa fala ao Outro, o que recebemos em contrapartida é o que nos determina enquanto sujeitos, na medida em que, na formulação da pergunta, reside a resposta.

Todavia, se o significante institui a lei que determina o sujeito em sua relação a outro significante, aos olhos de Lacan (1967), o ato psicanalítico implica uma outra dimensão. Ele consiste precisamente em ultrapassar esta lei. Trata-se de algo que resulta de uma subversão da posição do sujeito perante a rede simbólica encarregada de estabelecê-lo. Por esse motivo, Lacan (1967) considera muito limitado definir o ato como resultado de uma ação motora, visto ser pelo engano, ou seja, pelo acidente de um ato, que iremos perceber o que se passa, pois, como ele sempre evidencia em seu discurso, todo pensamento psicanalítico só pode se sustentar na defasagem, naquilo que, entre o “aferente e o eferente de um arco-reflexo” (p. 72), impõe-se como psíquico.

Sendo assim, Lacan (1967) relança o olhar sobre o texto de Freud (1901/1976), *Psicopatologia da vida cotidiana*. Ele afirma que, quando Freud fala acerca do ato, faz isto pela negatividade, pois o introduz por meio da falha, registrando os lapsos que corriqueiramente nos acontecem. Eles ocorrem para dizer algo que o sujeito não quer dizer. Algo que necessariamente não está no ato, e que só será reconhecido como seu elemento constituinte via interpretação. Mas, como dissemos, o ato não se reduz a uma dimensão significativa. Lacan acrescenta que, embora Freud ocupe-se em explicar o sentido do ato falho pelas elaborações que *a posteriori* é possível fazer, seu valor emerge pela suspensão de todo sentido, pois o *non-sense* tem um peso para o ser (Lacan, 1969/1992). Por isso, no que diz respeito à caracterização do ato, o que se deseja determinar é que

Não é tão simples, pois se ele toma seu valor, sua articulação de ato significativo com relação ao que Freud então introduz como inconsciente, certamente não é porque ele se apresente, ele se coloque como ato. É totalmente o contrário. Ele está lá, como atividade, mais que apagado e, como diz o interessado, atividade para obturar um buraco que só está lá se não se pensa nele, na medida em que não se importe com ele, que só está onde se exprime, por toda uma parte de suas atividades, para ocupar as mãos

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

supostamente distraídas de toda relação mental. Ou bem, ainda, este ato vai colocar seu sentido precisamente no que se trata de atacar, de abalar, seu sentido ao abrigo da inabilidade, da falha. (Lacan, 1967, p. 28)

Destaquemos o célebre exemplo de Freud (1901/1976) sobre o esquecimento do nome de Signorelli. Esta falha de memória é atribuída a uma recusa da mesma em funcionar. Ela não seria um processo passivo, mas motivada por uma força indeterminada. De acordo com Freud (1901/1976),

Trata-se dos casos em que o nome não só é *esquecido*, como também *erroneamente lembrado*. Em nosso afã de recuperar o nome perdido, outros – *nomes substitutos* – nos vêm à consciência; reconhecemos de imediato que são incorretos, mas eles insistem em retornar e se impõem com grande persistência. O processo que deveria levar à reprodução do nome perdido foi, por assim dizer, *deslocado*, e por isso conduziu a um substituo incorreto. Minha hipótese é que esse deslocamento não está entregue a uma escolha psíquica arbitrária, mas segue vias previsíveis que obedecem a leis. Em outras palavras, suspeito que o nome ou os nomes substitutos ligam-se de maneira averiguável com o nome perdido: e espero, se tiver êxito em demonstrar essa ligação, poder esclarecer as circunstâncias em que ocorre o esquecimento de nomes. (pp. 7-8)

Esta hipótese, de que o deslocamento não é arbitrário, será por ele confirmada no decorrer da análise dos atos falhos. Nesse caso em específico, Freud (1901/1976) avalia seu esforço em evocar o nome do pintor dos afrescos da catedral de Orvieto, Signorelli, nome que lhe era bastante familiar. Todavia, não conseguia reencontrar o nome em questão, pois o que se *impunha* em seu lugar eram os nomes de dois outros pintores: Botticelli e Boltraffio. Freud (1901/1976) acrescenta que a razão para o esquecimento não estava em nenhuma peculiaridade do próprio nome, mas correlata ao tema que pouco antes discutia com seu companheiro de viagem. Eles iam de Ragusa, na Dalmácia, para algum lugar na Bósnia-Herzegovina. As palavras Bósnia e Herzegovina dão origem a um certo número de elaborações quanto aos costumes dos turcos que ali viviam, e um deles se refere à total confiança na figura do médico e à completa resignação ao que lhe impõe o destino. O outro, mencionado por Freud (1901/1976), diz respeito à importância atribuída ao gozo sexual pelos turcos. Se não é possível manter a atividade sexual, a vida fica destituída de qualquer valor. É preferível morrer.

O contexto assim elaborado forma o fundo sobre o qual se estabelece a

Simone Ravizzini, Talita Baldin

sequência da conversa, marcada pelo esquecimento significativo e que coloca o seu problema para Freud (Lacan, 1953/1986), pois, durante a conversa, a sua atenção é desviada, afastando-se da preocupação que realmente lhe assombra: a morte de um de seus pacientes.

Já não me é possível considerar o esquecimento do nome Signorelli como um evento casual. Sou forçado a reconhecer a influência de um motivo neste processo. Foi um motivo que fez com que eu me interrompesse na comunicação de meus pensamentos (a respeito do costume dos turcos, etc.) e foi um motivo que, além disso, influenciou-me a impedir que se conscientizassem em mim os pensamentos ligados a eles, que tinha levado à notícia recebida em Trafoi. Eu queria, portanto, esquecer algo; havia *recalcado* algo. É verdade que não queria esquecer o nome do artista de Orvieto, mas sim, outra coisa – essa outra coisa contudo, conseguiu situar-se numa conexão associativa com seu nome, tanto que meu ato de vontade errou o alvo e esqueci uma coisa contra a *minha vontade*, quando *queria esquecer intencionalmente* a outra. (Freud, 1901/1976, p. 21)

Entretanto, Lacan (1953/1986) enfatiza que o “recalcado” não é tão recalcado assim, porque, se é omitido durante o percurso da viagem, acaba sendo, em seguida, elaborado para nós no texto freudiano. Esta elaboração significativa confere uma mediação entre o elemento anterior e a situação simbólica atual na qual o sujeito se insere. De modo que Signor, como termo autônomo e segregado de Signorelli, só pode existir após a interpretação (Sbano, s/d). Esse fenômeno, que se passa na vida desperta e cotidiana, é o mesmo que descrevemos no processo do sonho, ou seja, através da constituição de novas associações, via interpretação, um outro sentido pode emergir. Todavia, devemos retomar a ideia de que, embora uma cadeia simbólica procure apreender o sentido do sujeito, algo sempre escapa nessa articulação. Lacan (1953/1986) então nos relança a pergunta:

O que é que decapita, pois, o *Signorelli*? Tudo se concentra, com efeito, em torno da primeira parte desse nome, e da sua ressonância semântica. É na medida em que a palavra, a que pode revelar o mais profundo segredo do ser de Freud, não é dita, que Freud não pode mais se ligar ao outro senão pelas sobras dessa palavra. Só fica os restos. O fenômeno do esquecimento está aí, literalmente manifestado pela degradação da palavra na sua relação com o outro. (p. 61)

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

A palavra suficiente ao ser não é dita, apenas seus restos permanecem. Ela é, como ressalta Lacan (1972/1985), calada. Deriva-se, daí o seu esquecimento. Logo, mesmo que um significante advenha para reconduzir o falho do ato ao saber, certos pontos são sempre desconhecidos, e são necessariamente estes pontos, cujo saber falha e cujo saber faz falha, que se colocam ao centro da questão da psicanálise. Isso apenas deixa ainda mais complexo o lugar da interpretação no ato analítico, pois

O sujeito é determinado, nesta referência, de uma forma que o torna inapto – o que demonstra nossa experiência – para restaurar o que se inscreveu, pelo efeito significante, de sua relação ao mundo, tornando-o, em certos pontos, inadequado a fechar-se, a completar-se de uma forma que seja, quanto ao seu estatuto de sujeito, satisfatória para ele. E estes são os pontos que o concernem, na medida em que ele tem de se colocar como sujeito sexuado. (Lacan, 1967, p. 56)

Este é o movimento de sempre. Um fechamento inadequado, porquanto o sujeito se coloca como sexuado, ou seja, como aquele que pretende uma cópula perfeita, mas que vive submetido à sua não relação. Perante tal situação, Lacan (1967) destaca que o sujeito apela a um outro “suposto saber melhor que os outros” (p. 56), permitindo, então, que a transferência se instale. E, se ela assim se estabelece, é por repetir o mesmo molde inerente à interrogação que constitui o sujeito acerca do saber.

De acordo com Soler (1988), a pergunta atribuída ao sujeito é uma forma de demanda, mas é dirigida ao saber. Ela situa o sujeito como aquele que precisa do Outro para determinar o sentido de sua vida, instituindo para sempre uma situação desigual entre eles, uma vez que a pergunta supõe que haja uma divisão no nível de saber.

Supõe-se por um lado, um sujeito que não sabe, mas por outro, um Outro que sabe. O neurótico se propõe como não sabendo o que quer, o que ama, o que é, o que tem, o que fazer, etc. Toda esta clínica da indecisão fundamental faz com que o que falte ao neurótico seja um analista, isto lhe cabe como uma luva, porque sua posição natural é tratar sua divisão por meio de um Outro suposto a saber. (Soler, 1988, p. 31)

Todavia, se é suposto um saber, isto não se traduz como uma identificação ao analista, e sim que a ele se atribui um “saber melhor ainda” (Lacan, 1967, p. 56).

Simone Ravizzini, Talita Baldin

Um saber que não existe. Por tal motivo, Lacan (1967) critica a presunção de certos analistas em se igualar a esta autoridade do saber. Assim como nos ensina Freud (1912/1976), trata-se de aceitar a transferência sem fazer uso deste poder, ciente de que não é de fato com a sua pessoa que o analisando está a lidar.

Segundo Lacan (1967), o ato de um analista sustenta-se do início ao fim da análise. Ele consiste em possibilitar a tarefa de um analisando: a de promover o advento do inconsciente através de sua fala. Logo, ao princípio de uma análise, seu ato o conduz a aceitar o lugar que lhe é imposto, mesmo sabendo que não é o *sujeito suposto saber*.

Este ato inicial, fundado em um simulacro, autoriza o sujeito que busca uma análise a supor a existência de um saber capaz de dar conta de seu sintoma, de algo que é passível de ser decifrado. Todavia, um analista não pode esquecer que seu ato é a causa do processo. Lacan (1967) acrescenta que há, por parte do analista, um certo “deixar rolar” no curso da análise. No entanto, garante que isso não é suficiente para delimitar a sua posição enquanto analista, pois sua ação implica também “o que comporta a evocação da verdade” (p. 66), este ponto de limite, ponto não simbolizado.

Deduz-se disso a afirmação lacaniana de que, na psicanálise, a verdade desponta onde o analista “perde o fio” (Lacan, 1967, p. 62), visto que a verdade está dissociada do saber. “Quanto ao saber, é uma função imaginária, uma idealização incontestavelmente, é isto que torna delicada a posição do analista que está onde está o vazio, o buraco, o lugar do desejo” (p. 71). Apenas deste lugar que o analista, em sua recusa a sanar a insegurança do analisando negando-lhe uma resposta, uma palavra reconfortante, pode engendrar o processo de uma análise. Sob tal prisma, para Lacan (1967), existe algo no ato de insuportável, de insustentável para quem nele se engaja, na medida daquilo que suscita quanto à abordagem de seus limites.

Por conseguinte, o ato psicanalítico conduz a um paradoxo: ele promove o fazer do psicanalisando, mas visa presidir a operação psicanalítica que, em princípio, suspende todo ato. Um ato que coloca o psicanalista somente como um efeito, como uma posição que lhe confere o sujeito em análise (Lacan, 1967). E o que significa esta suspensão do ato?

Segundo Lacan (1967),

O ato psicanalítico designa uma forma, um envoltório, uma estrutura tal, que, de algum modo, ele suspende tudo o que até então foi instituído, formulado, produzido como estatuto do ato, à sua própria lei. É a mesma coisa, do lugar onde se mantém aquele que, a qualquer título se engaja neste ato, numa posição na qual é difícil introduzir o viés de qualquer outro lugar, o que

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

desde já sugere que algum modo de discernimento deve ser introduzido. É fácil destacar, retomando as coisas do começo, que se não há nada de tão bem sucedido quanto a falha relativa ao ato, isso não quer dizer, entretanto que uma reciprocidade se estabeleça e que toda falha, em si, seja signo de algum sucesso, digo sucesso de ato. (p. 64)

Desse modo, nem tudo que falha é ato, pois o ato só pode ser reconhecido pelas mudanças que produz, ou seja, pelo efeito de fazer com que o sujeito não seja mais o que era antes. Lacan (1967) ilustra a afirmativa com o exemplo de César, o qual, acompanhado de seu exército, pretende atravessar o *Rubicão*. Neste exemplo, evidencia-se vividamente que o sentido do ato não se situa pela dificuldade geográfica de sua realização, pois o rio que fazia limite à Roma não era tão difícil de transpor, mas que, ao fazê-lo, César estaria transgredindo as leis impostas por Roma. Seria um ato que não possibilitaria qualquer retorno. *A sorte estaria lançada!* A partir de então, a sua relação com o saber constituído não seria mais a mesma. Os limites simbólicos, entre os quais César estava inserido, já teriam sido transpostos.

De acordo com Lacan (1967) a travessia do *Rubicão* é

Um exemplo bastante simples, marcado pelas dimensões do sagrado. Ultrapassar o Rubicão não tinha, para César, uma significação militar decisiva. Mas, em compensação, ultrapassá-lo era entrar na terra-mãe. A terra da República, aquela que abordar era violar. Algo foi ultrapassado, no sentido desses atos revolucionários. (p. 80)

Entretanto, mesmo que o ato tenha este caráter revolucionário, o que interessa a Lacan (1967) é o modo a partir do qual ele se situa para o sujeito, e não como interfere no âmbito político-social. Assim, a sua preocupação consiste em estabelecer de que maneira o ato comparece como um divisor que engendra uma outra posição, ou seja, que suscita um novo desejo para o sujeito.

Seguindo os passos de Lacan (1967), o ato possibilita um *novo começo*. “O ato em si está sempre em relação com um começo” (p. 84), um começo distinto de alguma gênese, um começo lógico. Diríamos que é uma questão de ordenação, algo que atribuímos sem cessar ao trabalho do significante, pois, como não nos cansamos de reafirmar, é por sua marca que as coisas tomam existência. Mesmo que exista um ponto zero, não escapa à determinação simbólica – este ponto também é delimitado pelo significante.

Lacan (1967) nos alerta quanto à articulação que podemos estabelecer entre

Simone Ravizzini, Talita Baldin

dizer que “no começo, era o Ato” (p. 79), de Goethe, e “no início era o Verbo” (p. 79), fórmula bíblica atribuída a São João. Essas afirmações não são contraditórias, pois no começo era o ato, visto que, sem ele, não seria possível um início. Não haveria começo sem a ação que permite uma abertura. Todavia, tal como ocorre no caso do ato falho, não há ação que se apresente sem sua ponta significante. Ela o caracteriza, pois o ato é precisamente isto que atinge o sujeito em sua relação com o significante. O ato, assim, transgride o que o significante constitui para que só depois, novamente com o seu auxílio, possamos identificar que ali havia sido um começo. Logo, trata-se de um registro que é imprescindível ao ato.

E é exatamente por se tratar de uma marca simbólica que o analista tem de saber que esse ser analista está referido a um lugar, e não a uma substância. Não basta, àquele que se anuncia analista, se nomear enquanto tal. Faz-se necessário que uma análise chegue ao seu término para que possamos dizer que ali houve analista.

Começar a ser psicanalista, todo o mundo sabe, é algo que começa no fim de uma análise. Basta tomarmos isto, tal como nos é dado. Se quisermos apreender qualquer coisa, é preciso partir disso, deste ponto que é, na psicanálise, aceito por todos. (...) Então, partamos das coisas tal como elas se apresentam. Chegou-se a um fim uma vez, é aí que é preciso deduzir a relação que isso tem com o começo de todas as vezes. Chegou-se ao fim de sua psicanálise uma vez, e é este o ato, tão difícil de apreender no começo de cada uma das psicanálises, que nós garantimos. (Lacan, 1967, p. 87)

Se cada analista, tomado um a um, pode garantir chegar ao final da análise, é por ser, ele próprio, o testemunho que possibilita o funcionamento do dispositivo analítico, de modo que, se ao início ele se oferece à ilusão de uma complementaridade para o sintoma de quem a ele se dirige, ao final, ele precisa suportar não ser nada mais do que o dejetado da operação estabelecida. Esta operação desnuda uma verdade: não existe, nem para o analista e nem em lugar algum, este *sujeito suposto saber*. “Há apenas o que resiste à operação do saber, fazendo-o sujeito, ou seja, este resíduo que se pode chamar ‘a verdade’” (Lacan, 1967, p. 7). Segue-se dizer então que a análise é uma operação da *verdade*, mas de uma verdade que insiste em mostrar que a falta é perda, incurável, e que esta perda implica em causar uma outra coisa. Para o analisando, por sua vez,

O fim da psicanálise supõe uma certa realização da operação da verdade, a saber, que, com efeito, se ele deve constituir esse tipo de percurso que, do sujeito instalado em seu falso-ser lhe faz realizar algo de um pensamento que

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

comporta o “eu não sou”, isso não se dá sem reencontrar, como convém, sob uma forma invertida, seu lugar do mais verdadeiro, seu lugar sob a forma do “lá onde isso estava”, ao nível do “eu não sou”, que se encontra no objeto “a”, (...) essa falta que subsiste ao nível do sujeito natural, do sujeito do conhecimento, do falso-ser do sujeito; essa falta, que desde sempre se define como a essência do homem e que se chama o desejo, mas que ao fim de uma análise, se traduz por essa coisa, não somente formulada, mas encarnada, que se chama castração. (Lacan, 1967, p. 87)

Por isso, lá onde não me reconheço, onde penso que eu não sou, é o lugar onde mais compareço como sujeito. Enquanto estiver alienado a um falso-ser, a um eu ilusório (na medida em que nada mais é senão fruto de uma organização significante a qual nos subordinamos), não posso me instituir como sujeito desejante, sujeito que pressupõe um se fazer e um se esvanecer.

Segundo Lacan (1967), a fórmula freudiana, estabelecida em 1923, deve ser retomada da seguinte maneira: “lá onde *isso* estava, o sujeito pode advir” (p. 88), posto que, para o sujeito, é “exatamente onde é necessário chegar” (p. 88). Contudo, ele só pode advir, perante este resto que jaz por significar, *isso* que não se submete ao poder do significante. À vista do que caracterizamos, ao mencionarmos o *Estádio do espelho* (1949) de Lacan, podemos demarcá-lo como causado pelo objeto inapreensível do olhar, objeto *a*.

“O sujeito depende desta causa que o faz dividido que se chama objeto ‘a’, eis quem assina o que é importante de ser sublinhado: que o sujeito não é causa de si, que ele é consequência da perda, a que constitui o objeto ‘a’, para saber o que lhe falta” (Lacan, 1967, p. 89). Sendo assim, é por conceber que o sujeito persiste enquanto consequência da perda, que o analista pode destituir-se do lugar de *sujeito suposto saber*. Para sermos mais claros, ele é destituído, deposto, na medida em que conduz o sujeito a deparar-se com sua posição perante o Outro, ou seja, com a maneira pela qual busca a completude, de forma que, neste percurso, possa descobrir a única verdade que lhe designa: de que não há completude, que tudo não passa de uma farsa ou de um jogo suposto àquele que se insere na linguagem. Então, concluímos que

O final da análise consiste na queda do sujeito suposto saber, e sua redução ao advento desse objeto *a*, como causa da divisão do sujeito, que vem ao seu lugar. Aquele que, fantasmaticamente, joga a partida com o psicanalisando como sujeito suposto saber, ou seja, o analista, é aquele que vem, ao termo

Simone Ravizzini, Talita Baldin

da análise, a sustentar ser somente o resto. Esse resto da coisa sabida, que se chama objeto *a*. (Lacan, 1967, p. 90)

Podemos agora entender o porquê deste ato analítico que, em sua simulação, ocupa o lugar de *sujeito suposto saber*. Ele visa promover por analogia, através de sua queda, também a queda do Outro, de tal modo que o sujeito que procura a análise visando encontrar a verdade enquanto saber, enquanto advinda do conhecimento do Outro, acabe confrontando-se com o que caracteriza a sua verdade, isto é, que ela não se constitui por nenhum saber, a não ser como invenção para sempre inacabada.

Após situarmos o ato de um analista como aquilo que o leva a ocupar o lugar de semblante de objeto e não de um mestre, devemos retomar o nosso percurso, interrogando a respeito do quê consiste o seu dizer, eis que a sua fala dirige-se a este limite onde as palavras nada podem fazer.

Do equívoco ao dizer

Se o analista deve falar de um lugar que não equivale à autoridade do saber, por não querer pagar o preço de extinguir a fala de seu analisando, seu dizer não pode emergir como um dizer substantivado, pois, qualquer que seja o seu proferimento, não consiste em apontar para nada que diga respeito ao ser do analista. Muito ao contrário, como evidenciamos, ele implica em deixar que o sujeito possa escapar ao aprisionamento promovido pelo sentido.

Para Soler (1995), o dizer de um analista é uma enunciação enquanto ato. Podemos entender a sua afirmação quando descrevemos o ato como aquilo que promove uma abertura para o sujeito, como aquilo que lhe propicia um novo começo. Por isso, o dizer do analista não deve trazer em si nenhum sentido, mas possibilitar a suspensão das significações inerentes ao sujeito. “A interpretação é uma resposta cujo efeito é antes de tudo suspender a resposta” (Soler, 1994, p. 20), uma resposta à pergunta que o analisando dirige ao analista. Esta suspensão ocorre de maneira repetida, até o momento em que o analisando torna-se capaz de elaborar a palavra última, a palavra que não há.

Soler (1994) acrescenta que esta postura atribuída ao analista é derivada do trabalho produzido por Lacan (1953a/1998) em *Função e campo da fala e da linguagem*. Na tese lacaniana, neste momento, enfatiza que não há fala que não implique uma resposta. Não porque o analista deva responder às perguntas que lhe faz o analisando, mas porque, na estrutura de sua fala, a resposta prevalece por ser aquela que dirige a pergunta. Lacan (1953a/1998) quer mostrar que

Não há fala sem resposta, mesmo que esta se depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um convite... é esse o cerne de sua função na análise. (...) Mas se o psicanalista ignorar que é isso que se dá na função da fala, só fará experimentar mais fortemente seu apelo, e, se é o vazio que não se faz ouvir inicialmente, é em si mesmo que ele o experimentará, e é para além da fala que irá buscar uma realidade que preencha esse vazio. (Lacan, 1953a/1998, p. 248)

Sob este ponto de vista, o analista não precisa buscar a resposta do analisando em qualquer outro lugar que não seja a sua fala, uma vez que a preponderância da resposta jaz em sua estrutura. Soler (1994) ilustra essa ideia com a descrição de Lacan (1960/1998) na qual um grito, destituído de sentido, transforma-se em um apelo do sujeito. Esta transformação advém pela mensagem do Outro, o qual seleciona um sentido para tal mensagem. As marcas das respostas inscrevem-se e permanecem no inconsciente. Como retrata Soler (1994), estas marcas estão inscritas no Real, de tal modo que são anteriores a qualquer pergunta que venha a ser feita. “Trata-se do grito primeiro, do grito primordial de nosso ser, virtualmente falando. (...) Aqui estamos do lado de nosso futuro sujeito barrado e do lado oposto, do Outro, encontra-se a resposta, a qual do grito faz apelo. No fundo, é essa a metáfora primeira do grito” (p. 21).

Por conseguinte, podemos estender a mesma situação para a estrutura do discurso. De acordo com Soler (1994), esta articulação da anterioridade da resposta é renovada no texto *L'Étourdit*. Ali, Lacan (1973) acrescenta que a resposta não apenas é anterior como também irá estimular a pergunta. Elas estão intimamente ligadas, visto que uma gera a outra. Seguindo este raciocínio, estamos autorizados a deduzir que a pergunta vem do Real, onde a resposta fez a sua inscrição.

Para Soler (1994), esta é sem dúvida uma descoberta de Freud, pois, desde que um sujeito procura uma análise, ele já está acossado por algo do Real. Algo que em seu encontro implica, necessariamente, um desencontro. Diante disso, “o analisando interpela o analista” (p. 21), perguntando-lhe o que ocorre e se poderá fazer algo por ele.

Se o está recebendo, a resposta implícita é sim. Aquele a quem pergunto poderá saber o que eu tenho? Outra vez, a resposta é sim. Aquele que pergunta querará saber se a situação pode mudar. A resposta do analista ainda é sim. É uma resposta de promessa, promessa que não é formulada, mas leva a pensar. (Soler, 1994, p. 21)

Entretanto, se o analista promete isto, ele o faz, como evidenciamos, por uma simulação que pretende ser, na verdade, a fala do sujeito, uma vez que o dispositivo criado por Freud implica que o sujeito fale livremente, pressupondo que a resposta já está ali, no inconsciente.

Soler (1994) ressalta que o dispositivo analítico só se estabelece quando são possíveis as três respostas do analista, ou seja, a promessa, a demanda a falar e a interpretação. Sem o texto produzido pelo analisando, a interpretação não poderá operar. Tomando como referência as respostas do analista, Soler (1994) oferece uma interessante definição para a interpretação. Segundo ela, a “interpretação é a resposta que, na estrutura do diálogo analítico, tenta ajustar-se à resposta anterior à pergunta, se empenha em fazer aparecer esta resposta” (p. 22). Consequentemente, a resposta almejada pela interpretação consiste naquela que atinge a resposta do Real.

Todavia, não podemos deixar de perguntar como uma intervenção que figura de modo aparentemente tão simples, uma vez que se presentifica por “resmungos”, “frases curtas” e até “exclamações”, pode causar tamanho efeito (Soler, 1994). Esta questão não deve ser vista como secundária, pois a interpretação é o que possibilita um desfecho para a análise e, sem a sua operação, o final não se estabeleceria.

Neste ponto, para que possamos discernir o funcionamento da palavra analítica, devemos retomar a afirmação de Lacan (1972/1985, p. 269) de “*que se diga cai esquecido por trás do que se diz, no que se ouve*”, à medida que ela promove uma disjunção entre o dizer e o dito em uma análise, constituindo-os como heterogêneos em relação entre si. Esta disjunção que se estabelece não faz senão reforçar o pensamento de Lacan quanto ao funcionamento do significante. Como mencionamos, Lacan (1972/1985) pressupõe que, entre o dizer e o dito, há uma hiância que inaugura o advento do sentido, um sentido que emerge pela surpresa instaurada na defasagem entre o que se diz e o que se escuta.

Esta afirmação lacaniana junta-se ao pensamento de Soler (1995), servindo-lhe como ponto de referência. Soler (1994) demonstra que *o que escutamos* é atribuído ao significante, eis que este se constitui na imagem acústica do signo; *o que se diz*, por sua vez, localiza-se do lado do significado. A fórmula, assim elaborada, é denominada por Lacan (1973) como os *ditos do analisando*. Logo, podemos deduzir que existe uma distinção entre interrogar um dizer ou um dito.

De acordo com Soler (1995), Lacan apropria-se do dizer do mesmo modo como faz para qualquer significante. Por isso, o ato de dizer não comporta a ideia de verdadeiro ou falso. O dizer, em seu ato, acarreta uma desconsideração das questões atribuídas ao seu valor. Ele aparece ou não. Quanto a isso, não se pode duvidar. Soler (1995) acrescenta que

A regra analítica que pede ao analisando falar sem restrições e dizer tudo o que pode, tudo o que lhe ocorre, implica numa suspensão das questões sobre o valor do que diz, e em consequência das questões sobre a verdade. Esta suspensão é evidente no discurso do analisante, quando ele diz por exemplo, “tenho pensado que”, “tenho sonhado que”, “creio que”. Todas estas fórmulas, pelas quais introduz coisas difíceis de dizer, se dissociam de seus pensamentos. Suspende asserção de suas próprias frases, autorizando-se a falar qualquer coisa. Por isso Lacan diz que no sonho, mas podemos acrescentar também na associação livre, o inconsciente se encontra no estado de “pode ser”, “de talvez”, ou seja, de não afirmado: o inconsciente não conclui. (p. 20)

Desse modo, a suspensão temporária do valor de verdade, atribuída às colocações do sujeito, implica o ato de dizer. A pergunta então a ser formulada desloca-se do verdadeiro ou falso inerente às proposições, transferindo-se para o motivo pelo qual se diz algo, ou seja, para o que gera o ato. É por suscitar esta pergunta que a interpretação para Lacan acontece ao nível do dizer e não do dito. Isto porque, se a interpretação incidir sobre o significado, sobre o valor do dito do analisando, não chegaríamos à questão que nos interessa, ou seja, à causa do seu dizer.

Soler (1994) ressalta que

Os ditos do sujeito, dizem o sujeito. Os ditos representam o sujeito, deixando sempre algo a dizer. Neste sentido, o sujeito é sempre significado pelos seus ditos, efeito do dito e, no entanto, incomensurável em relação aos seus próprios ditos. O “que se diga”, designa através deste verbo no subjuntivo, o que chamaremos ato de enunciar, (...) não é a mesma coisa interrogar o ato de dizer. Por que o sujeito diz ao invés de se calar? Lacan tentou definir a noção do dizer no texto “*L’Étourdit*”. Isso é muito importante para nós, porque ele situa a interpretação como um dizer, no qual há o problema de saber através de que fórmulas ele será dito. (p. 26)

Sendo assim, Lacan (1973) situa a interpretação como um dizer que é uma exceção ao conjunto dos ditos. No que se refere à fala de um analista, não há dito possível, precisamente porque o dito é o que representa o sujeito e a enunciação do analista não deve representá-lo. Ele se “autoelimina, se subtrai de seu próprio discurso” (Soler, 1994, p. 28).

Este modo de conceber a interpretação implica em uma torção acerca do significado proposto para ela, isto é, que a interpretação seja utilizada como um instrumento capaz de fixar o sentido. Segundo Miller (1996), muito embora Lacan persista em fazer uso do termo interpretação, ela só pode ser entendida por seu avesso, visto que se define como algo que está exatamente na contramão da significação. “O termo interpretação vale aí como um lugar tenente de um outro, que só pode ser o silêncio” (p. 97).

Por isso, Soler (1995) afirma que, para Lacan, o analista diz e, entretanto, *diz nada*. Todos os tipos de intervenções interpretativas por ele elaboradas ao longo de seu trabalho apontam para este mesmo aspecto do dizer do analista. Podemos exemplificá-las através do corte promovido em uma sessão, que implica interromper uma frase ainda não terminada, e possibilita uma quebra da pontuação que garante a significação, causando-lhe um efeito de perplexidade, de *non-sense*; ou mesmo através da citação, que consiste em *colocar aspas*, em enfatizar o que foi enunciado na fala do analisando, acentuando seu dizer de uma outra forma à medida que o destaca do contexto.

Direi deste modo: são intervenções ou ditos que dizem... nada. Fazem intrusão no discurso do analisante e têm efeitos: satisfazem a significação ou produzem a perplexidade do sem sentido, ou a surpresa da alusão enigmaticamente revelatória, etc. Mas seu dizer é um dizer... nada no sentido da proposição assertiva. São enunciados que não fazem existir o Outro. Distingo, então um dizer nada de um calar-se. Lacan sempre insistiu: o analista deve dizer algo a seu paciente, no sentido de fazer-se ouvir. A análise não se faz sem “que diga! – ato de dizer – mas seu dizer é um dizer nada. (Soler, 1995, p. 34)

Portanto, podemos deduzir que um dizer *nada* difere de um *nada* dizer. O analista que baseia o seu silêncio ao abrigo de uma técnica, e não de uma ética, corre o risco de empregar seu calar com a eficiência de um *dito* e não com a eficácia de um *dizer*. Como sublinha Soler (1995, p. 35), “devemos distinguir o silêncio ao nível dos ditos, e o silêncio ao nível do dizer”.

Assim, Soler (1994) retoma o pensamento de Lacan quando este afirma que o discurso analítico é sem palavras. Esta aceção poderia soar-nos de maneira paradoxal, visto que uma das respostas do analista, como desenvolvemos, implica na demanda que acarreta a fala do analisando. Então, como caracterizá-lo por um discurso sem palavras? No sentido de que o discurso pode ser considerado sem palavras quando “o parceiro, causa de todo processo, não emite palavras. Diríamos

que a interpretação não é palavra. A interpretação tem incidência sobre a palavra analisante, mas não é propriamente uma palavra. O dizer de um analista é um dizer essencialmente silencioso” (p. 31).

À vista disso, Lacan (1973) afirma que o maior instrumento da interpretação analítica é o equívoco, pois, além de nada afirmar, também se presta à plurivocidade do sentido. Ele possibilita a suspensão do sentido cristalizado, sem nada sugerir. Todavia, como é possível ao equívoco, perante esta indeterminação, possibilitar um ponto final para a análise? Segundo Soler (1994),

Uma vantagem no equívoco é imediatamente perceptível: é um instrumento anti-sugestivo que deixa aberta a escolha, recorre à liberdade do sentido que o analisando queria lhe dar. A nível de prática analítica, nós poderíamos dizer: eis aí um uso do significante que não é o do mestre, que não impõe a maneira de ver do analista, mas deixa a escolha aberta ao analisando. Mas existe uma razão mais fundamental. A interpretação deve se utilizar do equívoco, por ele ser operante, pois como está em “*L'Étourdit*”, “nada opera, portanto, a não ser o equívoco significante”. Onde? No inconsciente, é claro. (p. 32)

Isso se deve ao fato de que o inconsciente vem para nos mostrar que o operar da relação é equívoco, que esta relação do sujeito com o seu gozo, do sujeito com o seu mundo, é para sempre incompleta, embora o significante insista em nos prometer a completude. O uso do significante nos eterniza nessa falha da relação, ao passo que o inconsciente nos desperta de tal ilusão ao se fazer presente onde a dúvida reina soberana, onde a palavra não alcança todo o sentido, onde jaz a sua falha.

Para Soler (1994), “a língua mantém uma espécie de equívoco meio sagrado, meio intocável” (p. 32). Um mesmo significante nos ilude quanto à precisão de sua marca no encontro com o objeto, mas, na verdade, pode sempre querer dizer muitas coisas. Por isso, “quanto ao objeto, estamos sempre errados” (p. 32).

Então, afinal, o que nos revela o equívoco?

Nada menos que a operação significante, ou seja, que um significante esconde outro significante e que a significação só se sustenta pela remissão a outra significação (Soler, 1994). Diante do jogo homofônico a que se prestam as palavras, o sujeito surpreende-se por seu ultrapassamento, eis que o equívoco aponta para um elemento latente, um elemento que transcende aquilo que o sujeito intenciona dizer. “Há muito mais no enunciado, do que ele pode perceber” (p. 33).

De acordo com Soler (1994), podemos dizer que o equívoco indica

Simone Ravizzini, Talita Baldin

A divisão do sujeito entre o significante que ele sabia estar enunciando e o significante que a língua torna latente. E é por isso que Lacan diz que o efeito e o uso do equívoco homofônico cinde e rescinde o sujeito, ou seja, simplesmente a homofonia não alimenta as significações suplementares. Se quiséssemos formular o dizer que sai da homofonia seria o seguinte: – você não sabe o que diz; aí aparece a divisão. Dizemos que a interpretação faz aparecer; sim, mais o quê? A divisão que é a parte não dita, a não percebida. (p. 33)

Entretanto, também é preciso destacarmos outro efeito possível à interpretação pelo equívoco, o qual diz respeito à responsabilidade inerente daquele que diz. Perante o equívoco, acentua-se o dizer, um dizer que é próprio do sujeito que enuncia. Soler (1994) acrescenta que a interpretação pode ser “mínima” (p. 33), menor que qualquer outra, mas que seu efeito acentue o *você disse*, destituindo o analista do lugar daquele que o faz dizer. Para ela, o “você disse” promovido pela análise evidencia a existência de “um sujeito cativado por suas próprias significações, inscritas no inconsciente” (p. 34).

Assim, mesmo que a interpretação opere pelo equívoco, ela não é um dizer qualquer, não é uma operação que vem para promover *qualquer* sentido. Tal como afirma Lacan (1964/1990), “a interpretação não está aberta a todos os sentidos” (p. 237), pois o sentido é sempre delimitado pela gramática singular de cada sujeito. Desse modo, embora a interpretação em seu ato suspenda as significações estabelecidas para o sujeito, ela é ímpar a cada um. É um dizer que evidencia o significante irredutível ao qual o sujeito está alienado, revelando seu assujeitamento à linguagem. “O que está lá é rico e complexo quando se trata do inconsciente do sujeito, e destinado a fazer surgir elementos significantes irredutíveis, *non-sensical*, feitos de não-senso” (p. 236).

Portanto, se o efeito interpretativo emerge da ambiguidade de sentido que a defasagem entre significante e significado pode promover, a sua ação só constitui-se quando afeta a rede simbólica determinante para cada sujeito. Como retrata Vieira (1996), a interpretação deve seguir os passos da poesia, uma vez que ambas possibilitam uma abertura ao Real a partir do Simbólico. Não se trata de produzir um sentido a mais, e sim um “extra” (p. 71) de sentido, de modo que a palavra venha a servir-nos não como um apelo que esgote o conteúdo de nosso poema, mas como um possível vislumbrar do sem sentido que permeia a poesia.

Considerações finais

Procuramos mostrar como a definição do conceito de interpretação é crucial para determinarmos o objetivo de uma análise, sendo que não há final de análise sem que a interpretação tenha operado, e a maneira como esta opera possibilita um deslizamento na cadeia significativa ou, inversamente, um reforço nas identificações imaginárias. A primeira propicia o advento do sujeito e uma maior liberdade diante de sua própria história. A segunda promove o fortalecimento do Eu, buscando uma melhor adaptação ao mundo e um aprisionamento em um sentido predeterminado e perdido no passado.

Se pretendemos seguir a leitura de Freud, sob o olhar de Lacan, devemos inserir a interpretação na primeira operação, pois tanto para um como para outro a prática analítica produz efeitos terapêuticos, mas não tem objetivos pragmáticos. Definimos pragmático como a integração do sujeito de forma útil à sociedade. Por isso, se almejamos respeitar a fala que nos é endereçada em sua singularidade, como sempre reivindicou Freud, não nos é possível garantir neste percurso uma adaptação do sujeito ao mundo em que vive.

Seguindo o mesmo caminho, Lacan (1960/1998) procura nos advertir que não se deve prometer a felicidade (descrita como uma tentativa de restaurar a base abalada de um sujeito) àquele que avança na via de seu desejo, visto que o desejo aponta para além da moral constituída. Ele não é regulado por nenhum ideal preestabelecido no âmago cultural e, por conseguinte, não é adaptável a um anseio social. Desde que definimos o sujeito como determinado pelo significante, a sua adaptação tornou-se impossível e seu desejo inextinguível, pois, conforme elaboramos anteriormente, o significante remete à inadequação, a um permanente desajuste.

Por isso, seria restrito impor à psicanálise a tarefa de eliminar sintomas incompreendidos pelo sujeito. Seu papel vai além, eis que procura impulsionar, até as últimas consequências, o dispositivo analítico, ou seja, o ponto de limite determinado pela estrutura da palavra, ponto este que não pode ser dito, mas que o ato da interpretação almeja chegar.

Assim situada, a interpretação lacaniana funciona de modo inverso ao caminho trilhado pela compreensão. Ela visa justamente à separação entre o sujeito e suas significações. Para Vieira (1996), no percurso analítico, trata-se de esgotar as significações de um sujeito de tal forma que ele perceba que não é como Um, como fruto da completude, mas algo que vem a se constituir.

Segue-se a posição de Lacan (1953b/1986) ao afirmar que um analista encontra-se perdido perante a fala de um sujeito quando muito quer compreender,

Simone Ravizzini, Talita Baldin

sendo que o ideal de completude ilude a tarefa do analista e fecha para ele as portas do inconsciente. Vimos que, para Lacan (1969/1992), apenas o enigma, o encontro com a equivocação em seu dizer, e não com o sentido, pode promover a sua abertura. Resta-nos concluir, assim, que a única resposta cabível para um analista, no que se refere à interpretação, é o *nada* que persiste em seu dizer.

Podemos estabelecer a mesma articulação em relação à sua escuta. De acordo com Lacan (1953a/1998), o analista deve ter “ouvidos para não ouvir” (p. 255). Ele precisa regular a própria escuta de tal forma que não caia no sedutor engodo acarretado pelo advento do sentido. Ao contrário, a interpretação lacaniana emerge para promover um despertar do sujeito no tocante às amarras nas quais ele está aprisionado. Se, por um lado, frustra-nos ao apontar para o desencontro, para o *non-sense* que inaugura o seu ser, por outro, oferece-nos a oportunidade de fazer com que a nossa página em branco, este vazio que nos constitui, seja não a parte que abole nosso texto, mas o elemento que propicia a sua criação. □

Abstract

The analyst's saying: interpretation and a rest not to be understood

This article is based on our clinical experience, given the perception of how each analyst poses as subject when telling his own story, considering both his sayings and his not told, being the task of an analyst to enable the reconstruction of this history, without dispensing with the limit imposed by the Real. Thus, we seek to emphasize how the interpretation can be dictated by the analyst so as to produce an enlightening statement for the subject through the teachings of Freud, Lacan and other contemporary psychoanalysts. From the analysis, we conclude that it is necessary for the analyst to have “ears not to listen”, as Lacan says, in such a way that his listening does not fall into the seductive deceit brought about by the advent of meaning, but awakens the subject to the recognition of the moorings which is imprisoned and thus I can follow the way of reconstructing its own history.

Keywords: Significant; Interpretation; Analytic act; Psychoanalytic act, Lacan

Resumen

El dicho del analista: interpretación y un que se queda para no entender

Este artículo parte de nuestra experiencia clínica, ante la percepción de cómo cada analizante se coloca en cuanto sujeto al contar su propia historia, considerando

O dizer do analista: a interpretação e um resto a não compreender

tanto sus dichos y sus no dichos, siendo la tarea de un analista posibilitar la reconstrucción de esa historia, sin prescindir del presente, límite que le impone el Real. Así, buscamos subrayar cómo la interpretación puede ser dicha por el analista, para producir un enunciado esclarecedor para el sujeto, por medio de las enseñanzas de Freud, Lacan y otros psicoanalistas contemporáneos. En el análisis, concluimos que es necesario que el analista tenga “oídos para no oír”, como dice Lacan, de tal forma que su escucha no caiga en el seductor engullido acarreado por el advenimiento del sentido, sino que despierte al sujeto para el reconocimiento de las amarras que está atrapado y así puedo seguir en el camino de reconstruir su propia historia.

Palabras clave: Significante; Interpretación; Acto analítico; El acto psicoanalítico, Lacan

Referências

- Andrade, C.S. (2015). Canções do alinhavo. *Corpo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1976). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, (Vol. IV). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1976). A Psicopatologia da Vida Cotidiana. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, (Vol. VI). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (1976). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1949)
- Lacan, J. (1998). Função e campo na fala e na linguagem. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Trabalho original publicado em 1953a)
- Lacan, J. (1986). *O seminário 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953b)
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1990). *O seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1964).
- Lacan, J. (1967). *O seminário 15: O ato psicanalítico (1967-1968)*. (s.d., versão anônima).

Simone Ravizzini, Talita Baldin

Lacan, J. (1992). *O seminário 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969)

Lacan, J. (1985). *O seminário 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972)

Lacan, J. (1973). *L'Étourdit. Scilicet*. n. 4. Paris: Editions du Seuil.

Marx, M.; & Hillix, W. (1963). *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1963.

Recebido em 05/06/19

Aceito em 22/01/20

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Renato Moraes Lucas**

Simone Ravizzini

Av. Almirante Ary Parreiras, 504/701

24230-322 – Niterói – RJ – Brasil

simoneravizzini@gmail.com

Talita Baldin

Av. Jornalista Alberto Francisco Torres, 515/1103

24230-009 – Niterói – RJ – Brasil

talitah_0507@yahoo.com.br

© Revista de Psicanálise da SPPA